

# SUMÁRIO

CONTROLE DECONSTITUCIONALIDADE .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ..	4
3. CONCEITO E ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADES .....	5
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão .....	7
3.2. Inconstitucionalidade material e formal .....	8
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial .....	10
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição.....	12
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta .....	15
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente .....	16
4. SISTEMAS DE CONTROLE .....	17
5. MODELOS DE CONTROLE .....	18
6. VIAS DE AÇÃO .....	19
7. MOMENTO DO CONTROLE .....	21
8. HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL .....	22
8.1. A Constituição de 1824 .....	22
8.2. A Constituição de 1891 .....	23

8.3. A Constituição de 1934 .....	23
8.4. A Constituição de 1937 .....	24
8.5. A Constituição de 1946 .....	25
8.6. A Emenda Constitucional n.º 16/1965 .....	25
8.7. A Constituição de 1967/1969 .....	25
8.8. A Constituição de 1988 .....	26
9. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .....	29
10. FISCALIZAÇÃO NÃO JURISDICIONAL .....	32
10.1. Poder Legislativo .....	33
10.2. Poder Executivo .....	36
10.3. Tribunais de contas .....	39
11. CONTROLE DIFUSO .....	39
11.1. Introdução .....	39
11.2. Legitimação ativa .....	41
11.3. Espécies de ações judiciais .....	41
11.4. Competência .....	43
11.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário.....	43
11.5. Parâmetro de controle .....	47
11.6. Recurso extraordinário .....	47
11.7. Efeitos da decisão .....	51
11.8. Atuação do Senado Federal .....	53
11.9. Súmula vinculante .....	57
11.9.1. Iniciativa .....	59
11.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República.....	60
11.9.3. Manifestação de terceiros.....	60
11.9.4. Requisitos .....	61
11.9.5. Deliberação.....	62
11.9.6. Início da eficácia.....	62
11.9.7. Descumprimento.....	63
11.9.8. Súmulas anteriores à EC n.º 45/2004.....	64
12. CONTROLE ABSTRATO .....	64
12.1. Introdução .....	64

12.2. Ação direta de inconstitucionalidade .....	66
12.2.1. Conceito.....	66
12.2.2. Legitimação ativa.....	67
12.2.3. Objeto.....	72
12.2.4. Parâmetro de controle.....	79
12.2.5. Causa de pedir aberta .....	81
12.2.6. Petição inicial.....	83
12.2.7. Imprescritibilidade.....	84
12.2.8. Impossibilidade de desistência .....	84
12.2.9. Pedido de informações.....	85
12.2.10. Suspeição e impedimento de Ministro.....	86
12.2.11. Impossibilidade de intervenção de terceiros...	87
12.2.12. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i> .....	88
12.2.13. Atuação do Advogado-Geral da União .....	90
12.2.14. Atuação do Procurador-Geral da República ...	92
12.2.15. Atuação do relator na instrução do processo.	94
12.2.16. Medida cautelar em ADI .....	95
12.2.17. Decisão de mérito.....	100
12.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	121
12.3.1. Introdução .....	121
12.3.2. Legitimação ativa .....	122
12.3.3. Legitimação passiva .....	123
12.3.4. Objeto.....	124
12.3.5. Procedimento.....	125
12.3.6. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República .....	126
12.3.7. Concessão de medida cautelar.....	126
12.3.8. Efeitos da decisão de mérito .....	127
12.3.9. ADO <i>versus</i> mandado de injunção.....	128
12.4. Ação declaratória de constitucionalidade .....	129
12.4.1. Introdução .....	129
12.4.2. Principais aspectos comuns.....	130
12.4.3. Objeto.....	132
12.4.4. Relevante controvérsia judicial.....	132

12.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma.....	134
12.4.6. Medida cautelar .....	134
12.4.7. Não atuação do Advogado-Geral da União.....	136
12.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	136
12.5.1. Introdução .....	136
12.5.2. A arguição autônoma e a arguição incidental ..	138
12.5.3. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido .....	140
12.5.4. Preceito fundamental.....	144
12.5.5. Subsidiariedade da ADPF .....	146
12.5.6. Competência e legitimação .....	148
12.5.7. Petição inicial e procedimento .....	149
12.5.8. Medida liminar .....	150
12.5.9. Decisão .....	150
12.6. Representação interventiva .....	156
12.7. Controle abstrato nos estados .....	161
12.7.1. Introdução .....	161
12.7.2. Competência.....	162
12.7.3. Legitimação.....	162
12.7.4. Parâmetro de controle .....	164
12.7.5. Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual .....	165
12.7.6. Simultaneidade de ações diretas.....	166
12.7.7. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual .....	170
12.7.8. Distrito Federal.....	172
12.7.9. Representação interventiva.....	173
13. DECISÕES NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	173
13.1. Eficácia temporal da declaração de inconstitucionalidade .....	173
13.2. Modalidades de decisão .....	176
13.2.1. Declaração de nulidade total como expressão de unidade técnico-legislativa.....	178
13.2.2. Declaração de nulidade total.....	178

13.2.3. Declaração de nulidade parcial .....	179
13.2.4. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto .....	180
13.2.5. Interpretação conforme a Constituição como técnica de decisão judicial.....	183
13.2.6. “Lei ainda constitucional” e a técnica de decisão denominada “apelo ao legislador” .....	188
13.2.7. Inconstitucionalidade por arrastamento.....	194
14. TEMAS COMPLEMENTARES .....	197
14.1. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional .....	197
14.2. Bloco de constitucionalidade .....	200
14.3. O controle jurisdicional do processo legislativo .....	206
14.3.1. ADI <i>versus</i> processo legislativo.....	209
14.3.2. Controle judicial e atos <i>interna corporis</i> .....	210
14.4. Controle de constitucionalidade de direito alienígena ..	211
14.5. Normas constitucionais inconstitucionais .....	215
ANEXOS .....	219
BIBLIOGRAFIA .....	233